

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles sistêmicos existentes (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 4, e nº 10.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	173.353	135.740	Fornecedores		15.470	14.899
Clientes	7	53.386	61.964	Impostos, taxas e contribuições a recolher		11.610	10.868
Tributos a recuperar		24	1	Debêntures	12	171.614	30.605
Partes relacionadas	13	74	58	Obrigações sociais e trabalhistas		5.529	6.024
Despesas antecipadas		1.424	1.372	Partes relacionadas	13	8.808	5.831
Outros créditos		7.207	2.825	Obrigações com Poder Concedente	16	1.482	7.830
Total do ativo circulante		<u>235.468</u>	<u>201.960</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.c)	23.945	11.430
				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.d)	3.600	3.610
				Provisão para manutenção	14	15.438	34.693
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		<u>2.027</u>	<u>4.693</u>
Tributos diferidos	11.a)	18.534	27.831	Total do passivo circulante		<u>259.523</u>	<u>130.483</u>
Depósitos judiciais	8	66.341	66.884	NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		-	82	Debêntures	12	1.072.762	1.163.687
Partes relacionadas	13	341.786	320.059	Provisão para manutenção	14	79.060	83.753
Imobilizado	9	18.493	22.137	Provisão para construção de obras futuras	15	3.115	2.945
Intangível	10	<u>1.261.522</u>	<u>1.243.628</u>	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	17	67.394	74.395
Total do ativo não circulante		<u>1.706.676</u>	<u>1.680.621</u>	Outras contas a pagar		<u>11.287</u>	<u>7.695</u>
				Total do passivo não circulante		<u>1.233.618</u>	<u>1.332.475</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social:			
				Subscrito	18.a)	314.052	314.052
				A integralizar	18.a)	(11.505)	(11.505)
				Reserva de lucros - legal	18.c)	60.509	60.509
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos		85.456	56.076
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		<u>491</u>	<u>491</u>
				Total do patrimônio líquido		449.003	419.623
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.942.144</u></u>	<u><u>1.882.581</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.942.144</u></u>	<u><u>1.882.581</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA LÍQUIDA	19	1.069.132	1.023.475
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(403.020)	(387.194)
LUCRO BRUTO		<u>666.112</u>	<u>636.281</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(45.022)	(44.354)
Outras (despesas) receitas, líquidas		<u>2.466</u>	<u>138</u>
		(42.556)	(44.216)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>623.556</u>	<u>592.065</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	47.431	49.495
Despesas financeiras	21	<u>(128.872)</u>	<u>(109.347)</u>
		(81.441)	(59.852)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>542.115</u>	<u>532.213</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(167.365)	(176.436)
Diferidos	11.b)	<u>(9.297)</u>	<u>4.567</u>
		(176.662)	(171.869)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>365.453</u>	<u>360.344</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - básico e diluído	22	<u>1,35</u>	<u>1,33</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	365.453	360.344
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>365.453</u>	<u>360.344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	983.606	1.016.671
Com construção	126.786	56.644
Outras receitas	43.874	45.802
	<u>1.154.266</u>	<u>1.119.117</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(242.810)	(207.870)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(34.959)	(34.125)
	<u>(277.769)</u>	<u>(241.995)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>876.497</u>	<u>877.122</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(130.560)	(149.816)
Outras	2.411	(3.711)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>748.348</u>	<u>723.595</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	47.431	49.495
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>795.779</u>	<u>773.090</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>795.779</u>	<u>773.090</u>
Pessoal	<u>35.843</u>	<u>36.513</u>
Remuneração direta	25.968	26.831
Benefícios	8.251	7.916
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.624	1.766
Impostos, taxas e contribuições	<u>261.742</u>	<u>263.662</u>
Federais	214.176	210.649
Municipais	47.566	53.013
Remuneração de capitais de terceiros	<u>132.741</u>	<u>112.571</u>
Juros	50.429	48.617
Aluguéis	3.870	3.224
Outros efeitos financeiros	78.442	60.730
Remuneração de capitais próprios	<u>365.453</u>	<u>360.344</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	24.407	25.862
Dividendos intermediários propostos	255.590	278.406
Lucros Retidos	85.456	56.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			Total
		Integralizado	A integralizar	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>314.052</u>	<u>(11.505)</u>	<u>491</u>	<u>60.509</u>	<u>37.313</u>	<u>-</u>	<u>400.860</u>
Dividendos pagos (R\$0,14 por ação)		-	-	-	-	(37.313)	-	(37.313)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	360.344	360.344
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,10 por ação)	18.d)	-	-	-	-	-	(25.862)	(25.862)
Dividendos intermediários pagos (R\$1,03 por ação)	18.d)	-	-	-	-	-	(278.406)	(278.406)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,21 por ação)	18.d)	-	-	-	-	56.076	(56.076)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>314.052</u>	<u>(11.505)</u>	<u>491</u>	<u>60.509</u>	<u>56.076</u>	<u>-</u>	<u>419.623</u>
Dividendos pagos (R\$0,21 por ação)		-	-	-	-	(56.076)	-	(56.076)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	365.453	365.453
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,09 por ação)	18.d)	-	-	-	-	-	(24.407)	(24.407)
Dividendos intermediários pagos (R\$0,95 por ação)	18.d)	-	-	-	-	-	(255.590)	(255.590)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,30 por ação)	18.d)	-	-	-	-	85.456	(85.456)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>314.052</u>	<u>(11.505)</u>	<u>491</u>	<u>60.509</u>	<u>85.456</u>	<u>-</u>	<u>449.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	365.453	360.344
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	130.560	149.816
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	5.733	55
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	98.816	84.399
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	(50)	(1.220)
Obrigações com Poder Concedente	15.417	15.937
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(6.862)	947
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	3.104	7.006
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras	14.974	47.409
Atualização monetária de provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras	10.201	10.179
Levantamento dos depósitos judiciais	4.882	2.723
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(1.345)	(4.207)
Tributos diferidos	9.297	(4.567)
Juros capitalizados	(1.332)	(595)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	341	157
Provisão para imposto de renda e contribuição social	167.365	176.436
Juros ativos - Debêntures privadas	(21.727)	(20.059)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	8.237	1.732
Tributos a recuperar	(23)	415
Despesas antecipadas	(52)	329
Partes relacionadas - clientes	(16)	(2)
Outros créditos	(4.300)	(1.221)
Depósitos judiciais	(2.994)	(4.253)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	571	(2.260)
Obrigações sociais e trabalhistas	(495)	387
Impostos, taxas e contribuições a recolher	742	392
Partes relacionadas - fornecedores	2.977	2.148
Pagamento de Contingências		
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(3.243)	(3.820)
Pagamento de manutenção	(48.953)	(47.720)
Outras contas a pagar	926	253
Imposto de renda e contribuição social	(154.850)	(180.754)
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	(15.435)	(15.886)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>577.919</u>	<u>574.500</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(3.708)	(3.502)
Aquisição de intangível	(145.503)	(60.879)
Debêntures privadas	-	(300.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(149.211)</u>	<u>(364.381)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Obrigações com Poder Concedente	(6.280)	(18.698)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(336.083)	(339.873)
Juros pagos	(48.732)	(48.241)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(391.095)</u>	<u>(406.812)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>37.613</u>	<u>(196.693)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	135.740	332.433
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>173.353</u>	<u>135.740</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>37.613</u>	<u>(196.693)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia", em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Planejamento, gestão estratégica e a busca incessante pela prestação de serviços com excelência são algumas das características que têm permitido a Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, atingir bons resultados desde o início de suas atividades, em 29 de maio de 1998. Em consonância com as diretrizes e os objetivos do Grupo Ecorodovias, todo trabalho vem sendo realizado com visão de longo prazo e respeito ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 61.171 mil em 2018, redução de 4,0%, impactado pelo início da isenção de cobrança de pedágio para os eixos suspensos a partir de 31 de maio de 2018 e pela greve dos caminhoneiros no período de 21 de maio a 03 de junho. Desconsiderando esses impactos, o tráfego consolidado apresentou aumento de 0,6% devido ao crescimento do tráfego de veículos leves em razão do clima favorável e dos feriados prolongados. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos será objeto de reequilíbrio contratual.

Em julho de 2018, foi aplicado o reajuste contratual de 2,9% pelo IPCA. No caso do reajuste contratual anual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada e compensada através de extensão de prazo da concessão. O reajuste de julho de 2018 na Ecovias dos Imigrantes seria de 4,3% caso fosse aplicado o IGP-M. Atualmente, a diferença tarifária acumulada, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA, é de 4,2% e será compensada com extensão do prazo da concessão.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$1.154,3 milhões em 2018, aumento de 3,1% devido principalmente, ao aumento da receita de construção em função do início da realização das obras do aditivo contratual. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$85,1 milhões, 11,0% inferior quando comparado com o exercício anterior.

Receita de Pedágio – redução de 3,3%, influenciado, principalmente, pelo início da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos e pela greve dos caminhoneiros.

Receita Acessória – redução de 4,2%, principalmente devido ao menor nível de receitas acessórias.

Receita de Construção – aumento de 119,5%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício, em especial o início da realização das obras do aditivo contratual.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº19 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$1.069,1 milhões em 2018. Excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$942,3 milhões, redução de 2,5% em relação a 2017, em função do início da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos e pela greve dos caminhoneiros.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos e despesas operacionais tiveram aumento de 3,8% totalizando R\$448,0 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$175,7 milhões, redução de 1,1%, mesmo com a inflação de 3,7% do período. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$35,8 milhões em 2018, redução de 1,8%, mesmo com o reajuste salarial de 1,8% em março de 2018, devido a otimização da estrutura e menores remunerações variáveis;;

Conservação e Manutenção: R\$10,1 milhões em 2018, redução de 2,6% comparado com 2017, resultante da eficiência na realização de manutenção na rodovia;

Serviços de terceiros: R\$91,9 milhões em 2018, redução de 1,8% quando comparado com 2017, devido a readequação do contrato de prestação de serviços corporativos da controladora;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$22,8 milhões em 2018, redução de 1,1% quando comparado com 2017, devido a redução da outorga variável em função da menor receita de pedágio;

Outros: R\$15,1 milhões em 2018, 6,3% superior a 2017, devido a maior gasto com energia elétrica;

Depreciação e Amortização: R\$130,6 milhões em 2018, 12,9% inferior a 2017, principalmente, devido a atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

Provisão para Manutenção: R\$15,0 milhões em 2018, redução devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$126,8 milhões em 2018, aumento devido, principalmente, ao maior nível de obras contratuais no período, em especial, o início da realização das obras do aditivo contratual.

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2018, foi de R\$754,1 milhões (margem EBITDA de 70,5%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$769,1 milhões com redução 2,6% e margem EBITDA de 81,6%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$81,4 milhões, aumento de 36,1% em relação aos R\$59,9 milhões negativos em 2017 em função da maior variação monetária sobre debêntures.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2018, a Ecovias dos Imigrantes apresentou lucro líquido de R\$365,5 milhões, crescimento de 1,4% comparado com o resultado de 2017.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou dezembro de 2018 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$173,4 milhões, e dívida bruta composta por debêntures de R\$1.244,4 milhões, sendo 86,1% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$1,5 milhões.

A dívida líquida (sem poder concedente) encerrou o ano em R\$1.071,0 milhões com os indicadores de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 1,4x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº12 e nº16.

CAPEX

O Capex realizado pela Companhia totalizou R\$199,5 milhões em 2018, com destaque para a implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta, obra, objeto de aditivo contratual, denominada Nova Entrada de Santos – Sistema Viário que eliminará os conflitos viários hoje existentes na entrada e saída do Porto de Santos e obras de conservação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$211,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2018.

São Paulo, 14 de março de 2019.

A Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 96 meses e 4 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência em junho de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os

recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 21).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no

todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos das debêntures

Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.

(i) - A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Ativos:		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 1.813 em 1º de janeiro de 2019.

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável,

é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor

presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 7,67% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 16.

5. RECLASSIFICAÇÃO

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$8.833 entre as rubricas "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	30.970	(8.833)	22.137
Intangível	1.234.795	8.833	1.243.628
	<u>1.265.765</u>	<u>-</u>	<u>1.265.765</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$595 referente a juros capitalizados, e R\$2.217 referente Pis/Cofins s/outras receitas financeiras, entre as rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas financeiras			
Juros capitalizados	-	595	595
Despesas financeiras			
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	-	(2.217)	(2.217)
Outros	(3.047)	1.622	(1.425)
	<u>(3.047)</u>	<u>-</u>	<u>(3.047)</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$15.886 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades de financiamento" e "Caixa líquido das atividades operacionais" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento de obrigações ao Poder Concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido das atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(34.584)	15.886	(18.698)
Caixa líquido das atividades operacionais			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	-	(15.886)	(15.886)
	<u>(34.584)</u>	<u>-</u>	<u>(34.584)</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação na Demonstração do Valor adicionado para o período findo em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(211.720)	3.850	(207.870)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.985)	(140)	(34.125)
Valor adicionado bruto	(245.705)	3.710	(241.995)
Outras	-	(3.711)	(3.711)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	723.596	(1)	723.595
Receitas financeiras	48.900	595	49.495
Valor adicionado total a distribuir	772.496	594	773.090
Distribuição do valor adicionado	772.496	594	773.090
Impostos, taxas e contribuições	263.663	(1)	263.662
Federais	210.650	(1)	210.649
Remuneração de capitais de terceiros	111.976	595	112.571
Outros efeitos financeiros	60.135	595	60.730

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	4.709	9.440
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	158.175	120.763
Aplicações automáticas (b)	10.469	5.537
	<u>173.353</u>	<u>135.740</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

7. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	49.845	57.620
Receitas acessórias (b)	4.316	4.778
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(775)	(434)
	<u>53.386</u>	<u>61.964</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	52.905	61.142
Vencidos:		
Até 30 dias	222	277
De 31 a 90 dias	235	484
De 91 a 120 dias	24	61
Acima de 120 dias	775	434
	<u>54.161</u>	<u>62.398</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	434	277
Constituição de PECLD	797	529
Valores recuperados	(456)	(372)
Saldo no fim do exercício	<u>775</u>	<u>434</u>

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	66.884	61.147
Adições	2.994	4.253
Baixas	(4.882)	(2.723)
Atualização monetária	1.345	4.207
Saldo no fim do exercício	<u>66.341</u>	<u>66.884</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cível	3.726	3.016
Tributário	5.372	9.114
Trabalhista	5.578	5.349
Meio Ambiente	51.649	49.405
Desapropriações	16	-
	<u>66.341</u>	<u>66.884</u>

9. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
			<i>Hardwares</i>	20,0	4,0	109.742	2.621	-	-	112.363	(99.920)	(4.407)
Máquinas e equipamentos	10,0	5,5	19.868	741	(2)	-	20.607	(14.213)	(1.119)	(15.332)	5.275	5.655
Móveis e utensílios	10,0	6,1	6.436	346	-	-	6.782	(4.917)	(400)	(5.317)	1.465	1.519
Terrenos	-	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304
Veículos	20,0	11,0	5.054	-	-	3	5.057	(4.090)	(554)	(4.644)	413	964
Outros	-	-	873	-	(870)	(3)	-	-	-	-	-	873
			145.277	3.708	(872)	-	148.113	(123.140)	(6.480)	(129.620)	18.493	22.137

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
			<i>Hardwares</i>	20,0	4,7	106.855	3.007	(120)	109.742	(94.983)	(5.057)	120
Máquinas e equipamentos	10,0	6,3	19.441	427	-	19.868	(12.981)	(1.232)	-	(14.213)	5.655	6.460
Móveis e utensílios	10,0	6,7	6.368	68	-	6.436	(4.490)	(427)	-	(4.917)	1.519	1.878
Terrenos	-	-	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Veículos	20,0	11,1	6.063	-	(1.009)	5.054	(4.540)	(559)	1.009	(4.090)	964	1.523
Outros	-	-	873	-	-	873	-	-	-	-	873	873
			142.904	3.502	(1.129)	145.277	(116.994)	(7.275)	1.129	(123.140)	22.137	25.910

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

10. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo				Amortização				Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Contratos de concessão (i)	-	(ii)	2.518.483	35.419	(4.861)	56.381	2.605.422	(1.285.521)	(123.362)	(1.408.883)	1.196.539	1.232.962
Softwares de terceiros	20	7,6	9.204	371	-	-	9.575	(7.518)	(718)	(8.236)	1.339	1.686
Intangível em andamento (iii)	-	-	8.980	111.045	-	(56.381)	63.644	-	-	-	63.644	8.980
			2.536.667	146.835	(4.861)	-	2.678.641	(1.293.039)	(124.080)	(1.417.119)	1.261.522	1.243.628

	Taxa anual de amortização %	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual	
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de concessão (i)	-	(ii)	2.459.355	22.036	(55)	37.147	2.518.483	(1.143.963)	(141.558)	(1.285.521)	1.232.962	1.315.392
Softwares de terceiros	20		8.977	227	-	-	9.204	(6.535)	(983)	(7.518)	1.686	2.442
Intangível em andamento (iii)	-	-	6.916	39.211	-	(37.147)	8.980	-	-	-	8.980	6.916
			2.475.248	61.474	(55)	-	2.536.667	(1.150.498)	(142.541)	(1.293.039)	1.243.628	1.324.750

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2018, as principais adições nesta rubrica referem-se à recuperação de pavimento rígido e recuperação de obras de arte especial no Sistema Anchieta-Imigrantes.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2018 foram 5,82% a.a. (5,63% a.a. em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se à implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta Km 18 a Km 23 em São Bernardo do Campo e implantação da conexão Porto-Cidade em Santos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$1.332 referentes a encargos financeiros (R\$595 em 31 de dezembro de 2017) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 3,18%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 1,62%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	31/12/2018
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.004	671	(2.163)	4.512	(1.492)
Outros	246	95	(219)	122	(124)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	50	145	(63)	132	82
Provisão para manutenção	41.852	2.277	(12.000)	32.129	(9.723)
AVP ônus Concessão	239	-	(239)	-	(239)
Juros capitalizados	(471)	(420)	27	(864)	(393)
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	(20.089)	-	2.592	(17.497)	2.592
IR e CS diferido - ativo (i)	27.831	2.768	(12.065)	18.534	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(9.297)

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$18.534 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	6.257
2019	4.038	6.007
2020	3.914	5.212
2021	3.255	5.213
2022	3.255	5.212
2023	3.256	4.414
Posteriores a 2023	816	(4.484)
	<u>18.534</u>	<u>27.831</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	542.115	532.213
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(184.319)	(180.952)
Juros sobre o capital próprio	8.298	8.793
Despesas indedutíveis	(3)	(3)
Gratificações diretores	(80)	(105)
Incentivos fiscais (PAT)	489	432
Outros	(1.047)	(34)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(176.662)</u>	<u>(171.869)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(167.365)	(176.436)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(9.297)	4.567
Taxa efetiva	32,6%	32,3%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	11.430	15.748
Despesa IR/CS DRE	167.365	176.436
Total de IR/CS pagos	(154.850)	(180.754)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>23.945</u>	<u>11.430</u>

12. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
2ª Emissão	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	1.244.376	1.194.292
Circulante			171.614	30.605
Não Circulante			1.072.762	1.163.687

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	1.194.292	1.158.134
Pagamento de juros	(48.732)	(48.241)
Encargos financeiros e variação monetária (vide Nota Explicativa nº 21)	98.816	84.399
Saldo no fim do exercício	1.244.376	1.194.292

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,5 x	1,40
	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	9,41

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	133.467	(2.942)	130.525
2020	138.543	(2.684)	135.859	133.466	(2.653)	130.813
2021	-	(2.885)	(2.885)	-	(2.874)	(2.874)
2022	314.471	(2.066)	312.405	302.945	(2.057)	300.888
2023	314.471	(1.200)	313.271	302.945	(1.194)	301.751
2024	314.543	(431)	314.112	303.014	(430)	302.584
	<u>1.082.028</u>	<u>(9.266)</u>	<u>1.072.762</u>	<u>1.175.837</u>	<u>(12.150)</u>	<u>1.163.687</u>

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,82% a.a.
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,77% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.352)</u>	<u>850.648</u>		

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	5.443	-	48.199	24.830
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	25	-	-	283	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	-	341.786	-	21.726	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (h)	Controladora	42	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	Outras partes relacionadas	7	-	-	-	-	-
CBB Ind. e Com de Asfaltos e Eng. Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	7.853	98	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	641	4	-	-	-
Consórcio Baixada Santista S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	11.100	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (g)	Outras partes relacionadas	-	10.543	3.263	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2018		74	371.923	8.808	22.009	48.199	24.830
Total em 31 de dezembro de 2017		58	362.886	5.831	285	50.281	25.902

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$74.493. O saldo em aberto de R\$5.443 em 31 de dezembro de 2018 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Locação do prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2018, o valor mensal da locação é de R\$25 (R\$24 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirográfica, para colocação "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 12 de abril de 2025.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$28.429. O prazo para execução desses trabalhos é 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, O saldo em aberto de R\$ 102 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., prestou serviço de implantação de acessos da SP 150, Rodovia Anchieta pista norte no KM 56. O preço global firmado é de

R\$22.899 e o prazo final para execução destes serviços foi 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, não há saldos a pagar em aberto de serviços já realizados.

- (g) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto de R\$3.263 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com sua Controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e à sua Controladora na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato vigorou de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2018 em R\$1.707 (R\$1.397 em 31 de dezembro de 2017).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.033	802
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	87	248
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	60	54
Previdência privada	51	47
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	213	244
	<u>1.446</u>	<u>1.397</u>

14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 7,67% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	527.336	23.859	-	-	551.195
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(86.601)	(8.885)	-	-	(95.486)
Realização da manutenção	(377.312)	-	(48.953)	-	(426.265)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	55.023	-	-	10.031	65.054
	<u>118.446</u>	<u>14.974</u>	<u>(48.953)</u>	<u>10.031</u>	<u>94.498</u>
Circulante	34.693				15.438
Não circulante	83.753				79.060

	31/12/2016	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	468.653	58.683	-	-	527.336
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(75.327)	(11.274)	-	-	(86.601)
Realização da manutenção	(329.592)	-	(47.720)	-	(377.312)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	45.013	-	-	10.010	55.023
	<u>108.747</u>	<u>47.409</u>	<u>(47.720)</u>	<u>10.010</u>	<u>118.446</u>
Circulante	26.825				34.693
Não circulante	81.922				83.753

15. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,50% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	5.315	170	5.485
	<u>2.945</u>	<u>170</u>	<u>3.115</u>
Não circulante	2.945		3.115

	31/12/2016	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	5.146	169	5.315
	<u>2.776</u>	<u>169</u>	<u>2.945</u>
Não circulante	2.776		2.945

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2018	31/12/2017
Parcelas fixas (a)	-	6.330
Parcelas variáveis (b)	1.482	1.500
	<u>1.482</u>	<u>7.830</u>
Circulante	1.482	7.830

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em maio de 2018, a companhia efetuou o pagamento da última parcela do ônus.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também com atualização monetária pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o desconto de R\$0 (R\$1.063 em 31 de dezembro de 2017), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$50 (R\$157, credor, em 31 de dezembro de 2017), e foi totalizado o valor líquido de R\$50 (R\$1.220, credor, em 31 de dezembro de 2017) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	7.830	27.697
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	(50)	(1.220)
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	15.417	15.937
Pagamento principal e atualização	(21.715)	(34.584)
Saldo no fim do exercício	<u>1.482</u>	<u>7.830</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão de 2018 ao fim da concessão	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	277.598	89.439
Conservação especial (manutenção)	179.458	223.587
Equipamentos	54.393	53.000
	<u>511.449</u>	<u>366.026</u>

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

17. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	61.094	4.671	8.630	74.395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(3.945)	(94)	(2.823)	(6.862)
(-) Pagamentos	(2.271)	(971)	(1)	(3.243)
(+) Atualização monetária	2.773	264	67	3.104
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>57.651</u>	<u>3.870</u>	<u>5.873</u>	<u>67.394</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	57.882	4.713	7.667	70.262
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(222)	269	900	947
(-) Pagamentos	(2.459)	(1.361)	-	(3.820)
(+) Atualização monetária	5.893	1.050	63	7.006
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>61.094</u>	<u>4.671</u>	<u>8.630</u>	<u>74.395</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2018, R\$22.465 (R\$13.163 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2018 é de R\$51.649 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$17.524 (R\$18.775 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2018, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$27.216 (R\$25.130 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 31 de dezembro de 2018 é de R\$336.083 refere-se a: R\$56.076 de dividendos e R\$ 3.610 de juros sobre capital próprio remanescentes de 2017, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 23 de janeiro de 2018, 23 de fevereiro de 2018 e 26 de abril de 2018, R\$255.590 dividendos intermediários e R\$20.807 (dos 24.407 contabilizados) de juros sobre o capital próprio do exercício de 2018, aprovados em reuniões do Conselho de Administração. O saldo de R\$3.600 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>365.453</u>	<u>360.344</u>
Dividendos intermediários pagos	(255.590)	(278.406)
Juros sobre o capital próprio pagos (a pagar) no exercício seguinte	(24.407)	(25.862)
Dividendos adicionais propostos (*)	(85.456)	(56.076)

Não foi constituída a reserva legal pelo fato da reserva ter atingido o limite de 20% do capital social.

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2018.

19. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	350.320	368.869
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	560.377	586.350
Vale-pedágio	72.695	60.989
Outras	214	463
	<u>983.606</u>	<u>1.016.671</u>
Receitas com construção (b)	126.786	56.644
Receitas acessórias (c)	43.874	45.802
	<u>170.660</u>	<u>102.446</u>
Receita bruta	1.154.266	1.119.117
Deduções de receita	(85.134)	(95.642)
Receita líquida	<u>1.069.132</u>	<u>1.023.475</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas com arrecadação de pedágio	983.606	1.016.671
Receitas acessórias	43.874	45.802
	<u>1.027.480</u>	<u>1.062.473</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(30.833)	(31.874)
PIS (0,65%)	(6.681)	(6.906)
ISS (2% a 5%)	(47.566)	(53.013)
Abatimentos	(54)	(3.849)
	<u>(85.134)</u>	<u>(95.642)</u>

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	35.843	36.513
Conservação e manutenção	10.050	10.313
Serviços de terceiros (*)	91.947	93.606
Seguros	3.538	3.919
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	15.417	15.937
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	14.974	47.409
Custo de construção de obras	126.786	56.644
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	130.560	149.816
Locações de imóveis e máquinas	3.870	3.224
Outros custos e despesas operacionais	15.057	14.167
	<u>448.042</u>	<u>431.548</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	403.020	387.194
Despesas gerais e administrativas	45.022	44.354
	<u>448.042</u>	<u>431.548</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	9.037	17.702
Variação monetária sobre debêntures	11.835	5.657
Variação monetária sobre créditos fiscais	2.615	4.212
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	50	1.220
Juros ativos sobre debêntures privadas	21.727	20.059
Juros Capitalizados	1.332	595
Outros	835	50
	<u>47.431</u>	<u>49.495</u>
Juros sobre debêntures	(50.429)	(48.617)
Variação monetária sobre debêntures	(56.569)	(38.212)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.653)	(3.227)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(10.201)	(10.179)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(3.104)	(5.470)
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	(2.141)	(2.217)
Outras	(2.775)	(1.425)
	<u>(128.872)</u>	<u>(109.347)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(81.441)</u>	<u>(59.852)</u>

22. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	365.453	360.344
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>1,35</u>	<u>1,33</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (a)	1.245.858	1.202.122
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(173.353)</u>	<u>(135.740)</u>
Dívida líquida	<u>1.072.505</u>	<u>1.066.382</u>
Patrimônio líquido (b)	449.003	419.623
Índice de endividamento líquido	<u>2,39</u>	<u>2,54</u>

(a) A dívida é definida como debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 12 e 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 99,1% do CDI em 31 de dezembro de 2018, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (98,9% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
	Valor justo através do		
Caixa e bancos (ii)	resultado	4.709	4.709
Clientes (i)	Custo amortizado	53.386	53.386
	Valor justo através do		
Aplicações financeiras (ii)	resultado	168.644	168.644
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	15.470	15.470
Debêntures (iii)	Custo amortizado	1.244.376	1.244.376
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	1.482	1.482
<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> (iv)	Custo amortizado	225	225

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$38.649 (R\$48.447 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	155.214	148.028	-	-
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	70.782	43.705	45.465	1.185.596
		<u>225.996</u>	<u>191.733</u>	<u>45.465</u>	<u>1.185.596</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	10.032	12.540	15.049
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(85.258)	(86.518)	(87.786)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(75.226)</u>	<u>(73.978)</u>	<u>(72.737)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
IPCA (b)	4,0%	5,0%	6,0%

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores